



Perspectivas sobre Autonomia e Empoderamento das Mulheres Rurais Sertanejas: Um estudo de caso

Perspectives on Autonomy and Empowerment of the Rural Women of the Sertanejas: A case study

Tatiana Frey Biehl Brandão⁽¹⁾; Janice Rodrigues Placeres Borges⁽²⁾; Sonia Maria Pessoas Pereira Bergamasco⁽³⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4821-1109>, UFAL, Professora da Universidade Federal de Alagoas no Campus do Sertão, BRAZIL, E-mail: tatiana.brandao@delmiro.ufal.br;

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4981-9178>, UFSCar, Professora da Universidade Federal São Carlos no Campus de Araras, BRAZIL, E-mail: janice@ufscar.br;

⁽³⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9101-8278>, UNICAMP, Professora da Universidade Estadual de Campinas, BRAZIL, E-mail: soniaberga@yahoo.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 21 de fevereiro de 2021; Aceito em: 23 de março de 2021; publicado em 31/05/2021. Copyright© Autor, 2021.

RESUMO: Esta pesquisa se dá no meio rural do Alto Sertão de Sergipe e tem como objetivo discutir aspectos sobre a autonomia e o empoderamento das mulheres que se organizam associativamente e produzem segundo preceitos agroecológicos. Para melhor compreender a realidade social dessas camponesas, metodologicamente optou-se pelo Estudo de Caso na Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, a pesquisa foi realizada em 2015 e 2019 e teve como principais procedimentos para coleta de dados: observações diretas, entrevistas com as todas as associadas, condução de grupo focal e pesquisa documental e utiliza-se, predominantemente, a análise qualitativa das informações. Verificou-se que a opção das mulheres pela agroecologia e pelo trabalho coletivo na Associação colabora para que as associadas protagonizem a organização das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, e participem na construção da renda monetária e não monetária das famílias rurais, o que tem contribuído para a segurança alimentar das famílias e para a afirmação dessas mulheres como protagonistas na gestão de seus modos de vida. A organização social das mulheres culminou na construção de uma identidade coletiva onde é notório a sociabilidade e o aumento da autoestima das associadas. Assim, o processo de associativismo proporcionou a inclusão social, econômica e política das mulheres e, portanto, pode ser considerado uma estratégia na busca por autonomia, pois fez com que as associadas transformassem a realidade cultural, de mulher sertaneja, superando as adversidades através da Associação, onde passaram a experimentar o status de serem donas de suas vidas e expressam o sentimento de empoderamento.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo, Gênero, Agroecologia.

ABSTRACT: This research takes place in the rural areas of the high desert regions of Sergipe and aims to discuss aspects about the autonomy and empowerment of women who organize themselves associatively and produce accordingly to agroecological precepts. In order to better understand the social reality of these peasants, methodologically, we chose the Case Study at the Association of Women 'Rescuing Your History', the survey was conducted in 2015 and 2019 and had as main procedures for data collection: direct data, interviews with all the associates, conduction of a focus group and documentary research, a qualitative analysis of the information is used predominantly. It was found that the option of women for agroecology and collective work in the Association collaborates so that the associate can lead the organization of agricultural and non-agricultural productive activities and participate in the construction of the monetary and non-monetary income of rural families, which has contributed to the food security of families and, also, for an affirmation of these women as protagonists in the management of their ways of life. The social organization of women culminated in the construction of a collective identity where sociability, well-being and increased self-esteem of members are notorious. Thus, the process of associativism provides for the social, economic and political inclusion of women, and therefore, it can be considered a strategy in the search for autonomy, as it has made it possible for members to transform the cultural reality of a backcountry woman, overcoming adversity through the Association, where they started to experience the status of being the owners of their lives and express the feeling of empowerment.

KEYWORDS: Associativism, Gender, Agroecology.

INTRODUÇÃO

Este trabalho vislumbra o estudo dos atores sociais que residem no rural e percebe que o campesinato assume uma identidade social de postura crítica ao modelo de agricultura moderna hegemônico e defende uma agricultura fundamentada na qualidade (WANDERLEY, 2003).

Página | 2763

Neste sentido, o campesinato continua a se reproduzir, integrado ao mundo moderno, pois o camponês não se isola socialmente produzindo para a subsistência sem passar pelo mercado e, de acordo com a atividade econômica, os objetivos dos agricultores e as experiências de sociabilidade do trabalho, estes assumem a modalidade do cooperativismo como forma de inserção na sociedade (WANDERLEY, 1996; ABRAMOVAY, 1992).

O *locus* desta pesquisa se dá no Alto Sertão Sergipano, que é um território predominantemente rural, composto em sua grande maioria por agricultores e agricultoras familiares, mas que também é formado por famílias assentadas e de pescadores, duas comunidades quilombolas (sendo uma no município de Porto da Folha) e uma área indígena (Ilha de São Pedro, município de Porto da Folha), este expõe péssimos indicadores sociais, pois apresenta: baixa renda per capita, forte exclusão social, a mais baixa esperança de vida ao nascer do Estado, alto índice de mortalidade infantil, IDH inferior a 0,575, sendo que a pobreza é marcadamente rural, segundo Santos e Gois (2009).

Nessa região, do nordeste brasileiro

[...] a grande maioria das mulheres que depende da agricultura familiar sobrevive em condições de vulnerabilidade econômica, sendo alvo de severas privações materiais e simbólicas acumuladas ao longo de suas vidas, as quais se reproduzem na forma de discriminações e desigualdades [...] (SCHEFLER, 2013, p.12).

Observa-se, no rural brasileiro, o aumento da participação das mulheres em organizações coletivas, principalmente, as vinculadas à agricultura de base ecológica, visto que a agroecologia valoriza os atores sociais envolvidos em suas práticas e, também, aborda a importância do papel da mulher para a sustentabilidade social, o que favorece o protagonismo das mulheres na construção da sua própria categoria política e

social, assumindo acrescidas responsabilidades familiares e coletivas (SILIPRANDI, 2011; HENN, 2013).

Através da atuação da mulher na agroecologia as discussões sobre gênero ganham visibilidade, pois percebe-se que a agroecologia vislumbra a mulher como uma agente de transformação social que reconhece o saber tradicional e incentiva a organização social das mulheres, sendo que o associativismo pode ser considerado uma estratégia de empoderamento das mulheres, pois é através da construção de redes de contato e do desenvolvimento de atitudes cooperativistas, que as mulheres interagem com o espaço público e passam a contribuir com as decisões que afetam a comunidade.

Portanto, o presente trabalho incorpora a perspectiva abordada por Sardenberg (2012, p.66) e toma-se “empoderamento como um processo de conquista da autonomia por parte dessas mulheres [...]”. O que se traduz, também, na expansão dos limites de se fazer escolhas estratégicas, num contexto no qual isso era antes impossível (KABEER, 1999)”. Neste sentido, esta pesquisa correlaciona o processo de empoderamento das mulheres associadas estudadas com a construção teórica da “libertação do oprimido” de Freire (1985) e do “desenvolvimento como liberdade” de Sen (2000) que ressaltam a transformação pessoal, de modo que empoderamento é o acesso das pessoas à liberdade através do aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva dos indivíduos.

Seguindo estas conceituações, procurou-se conhecer, via Estudo de Caso da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, como as mulheres agricultoras familiares do Alto Sertão Sergipano têm se validado dos recursos e condições de que dispõem para fazer escolhas estratégicas na busca por maior autonomia. Para tanto, investigou-se, em especial, as questões referentes às oportunidades aproveitadas, segundo as falas das entrevistadas, para promover mudanças em suas vidas, melhorando seu status nas várias dimensões da sociedade, ou seja, cultural, econômica, política e social.

Assim, este artigo tem como objetivo discutir os aspectos sobre a autonomia e o empoderamento de mulheres agricultoras do Alto Sertão sergipano, que se organizam associativamente e produzem segundo preceitos agroecológicos.

EMPODERAMENTO, AUTONOMIA DAS MULHERES E GÊNERO: BREVES REFLEXÕES

Estudos que introduzam a perspectiva de relações de gênero, autonomia e empoderamento das mulheres são fundamentais para ampliar o conhecimento sobre a realidade vivida pelas mulheres, assim como, podem vir a ser instrumentos de relevância para a melhoria das condições de vida delas. Contudo, na literatura sobre o tema gênero, até os anos de 1970, não existiam registros sobre o reconhecimento e a posição da mulher no desenvolvimento econômico (SARDENBERG, 2010; SCHEFLER, 2013), até porque as mulheres eram desconsideradas dentro de sua própria unidade familiar (SARDENBERG, 2010).

Nos anos 1980, impulsionados pelo movimento feminista, estabeleceu-se o marco teórico de status de mulher. Estudos desvendaram a situação de desigualdade das mulheres por meio de alguns indicadores, tais como, grande autonomia na família em relação à tomada de decisões reprodutivas, no trabalho, nas relações afetivas, nas decisões quanto à mobilidade, autoridade e acesso aos recursos econômicos e controle sobre eles. Contudo, o multifacetado conceito de autonomia, empregado nos estudos sobre o status da mulher, não foi capaz de captar as nuances de poder existentes nas iniquidades de gênero (NADU *et al.*, 2013).

Segundo Nadu *et al.* (2013, p.5), o conceito de gênero como construção social pode ser definido “[...] como ‘organização social da relação entre os sexos’ (SCOTT, 1995) [...]”, e que também pode ser entendido como relação de poder entre os sexos, contrapondo à essência biológica.

Contudo, afirmam Cornwall *et al.* (2013, p.2), que o conceito de gênero “tem servido tanto como princípio organizado quanto como uma ‘palavra de ordem’. [...] No entanto, lições aprendidas em contextos específicos tem se transformado em slogans generalizantes”, em que as mulheres aparecem como vítimas abjetas, sujeitos passivos ou como grandes heroínas.

Todavia, quanto mais se generaliza gênero, menos se encontram políticas efetivas de equidade de gênero nos espaços e nos documentos principais de formulação de políticas. Neste contexto, observa que

[...] o conceito de gênero não substitui a categoria social *mulher*,

tampouco torna irrelevante pesquisas, [...]. Ao contrário, permite que se pense tal categoria como uma construção social [...] legítima a situação ‘real’ de discriminação, exploração, subordinação das mulheres [...] (SARDENBERG, 2010, p.45).

Logo, o conceito de gênero surge como instrumento de ‘desnaturalização’ das desigualdades entre os sexos, da divisão social do trabalho e das assimetrias sociais com base no sexo, possibilitando a sua transformação, devido a sua historicidade, dando ao conceito de gênero uma conotação prático-política, legitimando as lutas femininas (SARDENBERG, 1998, apud SCHEFLER, 2013).

Página | 2766

Nos anos de 1990, a IV Conferência Internacional da Mulher, realizada em Beijin, propôs a incorporação do enfoque de gênero em todos os níveis com o propósito de alcançar a equidade de gênero e promover o empoderamento das mulheres.

Neste sentido, Schefler (2013, p.10) percebe o empoderamento como uma

[...] Ferramenta estratégica nas políticas de combate à pobreza, o conceito vem sendo orientado para a construção de sujeitos sociais e a conquista da cidadania, pressupondo-se que os indivíduos, através de suas organizações, devem atuar no espaço público em defesa de seus direitos sociais, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos públicos. [...] Assim, a questão essencial da abordagem de empoderamento – as relações de poder – é relegada a um segundo plano e deslocada do seu papel central nas práticas sociais e políticas para dar lugar a abordagens técnicas, instrumentais [...] e conflituosas de poder, omitindo o sentido de emancipação política dos sujeitos.

Logo, o empoderamento das mulheres, implica, para o feminismo na “alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna das mulheres, garantindo-lhes autonomia no controle do seu corpo, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir bem como um rechaço ao abuso físico e às violações” (SCHEFLER, 2013, p. 11).

Nos anos recentes as mulheres passaram a reivindicar, com maior ênfase, o reconhecimento institucional do seu papel “[...] nas atividades produtivas, com reivindicações específicas e mais detalhadas nos temas do crédito, das políticas de comercialização e assistência técnica especializada [...]” (BUTTO, 2011, p.15).

A primeira década dos anos 2000 foi o espaço de tempo, no Brasil, “em que agricultoras apareceram publicamente pela primeira vez como produtoras rurais

propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas, e exigindo tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado [...]” (SILIPRANDI, 2011, p.3).

No âmbito da política que vem sendo desenvolvida, a mais conhecida entre as mulheres é o PRONAF-Mulher, uma modalidade de crédito específica para mulheres, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) mas, outras políticas que foram implantadas e também impactaram positivamente a vida das mulheres, como: a titulação da terra conjunta obrigatória; as políticas de assistência técnica produtiva e de comercialização específicas para grupos de mulheres; a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (SILIPRANDI, 2011).

Foi criado, em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde vinha sendo observada uma grande participação das mulheres – uma das políticas estruturantes do programa Fome Zero, com os recursos oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (estes, a partir de 2006), contando ainda com pequenas complementações de Estados e Municípios. Seus objetivos eram de incentivar a produção de alimentos na agricultura familiar, permitindo a comercialização para o mercado institucional, contribuir para o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade para as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, e colaborar na formação de estoques (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Todavia, as mulheres contam com pouco financiamento, quase sempre obtido junto às organizações não-governamentais. Em geral, as mulheres formam grupos informais, que vendem quase sempre seus produtos diretamente ao consumidor, em mercados locais (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Mas o atual cenário expressa a diminuição e a descontinuidade das políticas públicas com enfoque territorial, as quais, a partir de 2016, com o rebaixamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (Sead), passam a “[...] congregam as seguintes pastas: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF); Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA); Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e Secretaria de Regularização Fundiária da Amazônia Legal [...]” (NOTAROBERTO, 2020, p.131). A autora aponta também uma considerável queda de recursos destinados ao Programa de Aquisição de

Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) a partir de 2015.

Nesse sentido, Bozik *et al* (2019, p.10) analisam que as políticas públicas direcionadas à agricultura familiar hoje

[...] não foram extintas em sua totalidade, no entanto sofreram cortes significativos de orçamento [...] tais mudanças refletem disputas sobre [...] o rural enquanto um modo de vida, produtor e guardião de diversos bens materiais e imateriais, cede espaço para o rural forjado no empresarial, o agrobusiness.

ASSOCIATIVISMO E AS MULHERES RURAIS

Tem-se percebido que a visibilidade sobre a participação de mulheres nos movimentos sociais de organizações coletivas vêm ganhando espaço, principalmente nos assuntos relacionados às necessidades de transformações sociais, em ambientes vinculados à agricultura ecológica e de grupos de agricultores familiares, pois nestes grupos as agricultoras se apresentam como protagonistas na construção da sua própria categoria política e social, assumindo acrescidas responsabilidades familiares e coletivas, como retratadas por Henn (2013).

Ao se organizarem de forma coletiva sob a essência do associativismo e do cooperativismo, observa-se que a entidade tem uma finalidade social, pois segundo Santos *et al.* (2008, p. 1) “a expressão ‘cooperativismo’ [...] significa ‘operar conjuntamente’. Daí, a ideia de prestar ajuda, auxílio em prol da sociedade como um todo”.

Tedesco (2006, p. 88) relata que a mobilização coletiva ao ser organizada nas formas do cooperativismo e do associativismo, quando adotadas pelos agricultores familiares, impactam positivamente na obtenção de renda, contribuindo para a melhoria da qualidade do trabalho, da economia e da vida dos pequenos produtores familiares, pois estas formas de associativismo colaboram no enfrentamento de algumas dificuldades inerentes às famílias rurais, tais como: “[...] empecilhos na comunicação com os órgãos públicos e financiamentos, esbarrando nas próprias dificuldades da renda, da comercialização no mercado consumidor e na burocracia da concessão de linhas de créditos de financiamento [...]”.

Observa-se que os processos de organização e participação social contribuem efetivamente para o desenvolvimento das relações de cooperação, contribuindo para que as mulheres ocupem seus espaços nas esferas política e social, refletindo de maneira positiva nas relações familiares e sociais do local onde estão atuando.

Assim, o cooperativismo, enquanto movimento coletivo empreendedor deve ser atrelado

[...] a uma postura que agregue proatividade e adaptação com o objetivo de superar os riscos do mercado de forma socialmente comprometida e ambientalmente responsável, apoiado numa perspectiva reflexiva de aprendizagem, em que o aprender a aprender signifique continuar aprendendo de forma autônoma, criativa e duradoura (PAIVA JUNIOR, 2009, p. 56-57).

Logo, as mulheres engajadas em organizações sociais que optam pelo sistema socioprodutivo agroecológico como uma lógica empreendedora, inserem no seu modo de produção a diversidade de cultivos, ao tempo que as mulheres desempenham também diversas atividades, agrícolas e não-agrícolas, principalmente, ligadas à racionalidade do empreendedorismo verde. Isto decorre do fato de que as agricultoras manejam os recursos naturais existentes em seus agroecossistemas de maneira eficiente, sob o risco de se inviabilizarem socioeconomicamente ao longo prazo caso não consigam conservar sua biodiversidade.

Esta lógica proporciona aos estabelecimentos rurais a manutenção de um sistema de produção diversificado e que tendem a agregar valor aos seus produtos, tendo como consequência o incremento da renda em conjunto com a valorização dos saberes femininos, através da produção e comercialização de produtos artesanais ou agroindustrializados. Mas que, ao mesmo tempo, gere segurança alimentar à família através do autoconsumo (renda não-monetária), sendo esta uma forma que, de acordo com Brandenburg (1999, p. 239) requer-se a “[...] diversidade de meios e saberes, observação e criatividade que só a experiência do cotidiano pode fornecer [...]”.

Diante destas perspectivas observa-se que a inserção em grupos agroecológicos, fomenta que os agricultores e agricultoras escoem sua produção, preferencialmente, para a comercialização direta ao consumidor, sem a exigência de certificação. Considera-se importante ressaltar que o agricultor, principalmente, o alternativo “[...] para permanecer integrado no sistema societário, deverá desenvolver uma agricultura

rentável e preservadora das condições naturais do ambiente produtivo, de forma a conciliar sustentabilidade econômico-material e social” (BRANDENBURG, 1999, p. 224).

Assim, cabe salientar que os grupos de mulheres acabam por romper as barreiras, facilitando a visibilidade do trabalho das agricultoras através da exposição de seus produtos diretamente aos consumidores, principalmente no espaço das feiras livres, assim como também se incluindo nos espaços institucionais, disseminando as reflexões sobre gênero, assim como as práticas agroecológicas.

Este modo de organização social, com formato associativo, apresenta-se como uma alternativa para as unidades produtivas, principalmente quando estas envolvem a participação de mulheres e jovens, conforme ressalta Tedesco (2006, p.94) “[...] sobretudo, pela presença e participação de jovens e de mulheres especificamente. Assim, é possível pensar na sobrevivência de gerações, em projetos para o futuro, pois há grande projeção da presença de seus filhos [...]”.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A opção por realizar um Estudo de Caso da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” se deu pela possibilidade de penetrar na realidade social destas mulheres, pois têm como referência empírica as experiências das 21 associadas que, em 2019, integram a Associação que se localiza no povoado Lagoa da Volta, município de Porto da Folha, estado de Sergipe.

Ressalta-se, que os resultados apresentados neste artigo são frutos de dois momentos distintos de pesquisa, os primeiros dados referem-se a pesquisa de campo realizada em 2015 e que está em conformidade com o parecer consubstanciado do comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, número: 1.147.030. A segunda fase da pesquisa está em conformidade com o protocolo do parecer consubstanciado do comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual de Campinas, número 3.016.225, aprovado em 2018.

Para conhecer e coletar informações sobre a organização coletiva das mulheres rurais participantes da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, foi realizado:

(1) observação sistemática com registro escrito e fotográfico na sede da Associação, na residência das Associadas e na vivência no Povoado de Lagoa da Volta; (2) anotações no diário de campo; (3) entrevistas com as coordenadoras em 2015 e em 2019; (4) entrevistas estruturadas com questões abertas e fechadas com todas as mulheres rurais participantes da Associação em 2019 e com 12 associadas em 2015; e (5) condução de grupo focal com temas norteadores, em 2019 (6) pesquisa documental na sede da Associação, com cópia das fichas cadastrais de todas as sócias, em 2019 (BACKES et al., 2011; GIL, 2009; MARCONI e LAKATOS, 2005; WHITAKER, 2002; RICHARDSON, 1999).

É importante ressaltar, que foram realizadas as transcrições dos áudios das entrevistas individuais, assim como, das falas das sócias durante os grupos focais. Com o objetivo de ressaltar a identidade das mulheres entrevistadas, foram utilizadas espécies de flores no lugar do nome das entrevistadas (RICHARDSON, 1999; WHITAKER, 2002).

Para a análise dos resultados optou-se pelas abordagens quantitativa e qualitativa, com preponderância desta última, pois trabalhou-se “[...] com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e, também, com a compreensão das estruturas e das instituições como resultado da ação humana objetiva [...]” (MINAYO, 1998, p. 24).

ASPECTOS DO PROCESSO DE AUTONOMIA E EMPODERAMENTO DAS INTEGRANTES DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES “RESGATANDO SUA HISTÓRIA”

Antes de se tornarem Associação, as mulheres formaram um grupo de aproximadamente 60 participantes que se reuniam com as freiras da instituição de origem católica Divina Providência, cuja sede é na Alemanha, com o intuito de fortalecer as mulheres e de melhorar as condições de vida das famílias rurais.

As sócias fundadoras da Associação relatam que fizeram parte da Pastoral da Criança, assim,

[...] nós fazíamos as visitas às famílias, e nós víamos aquelas mulheres muito paradas, só em casa, só cuidado dos meninos. Então, a irmã [...] foi convidando as mulheres, porque muita mulher sofria muita violência com os maridos e ficavam quietas, caladas. Eu sei que foi, aí conseguimos organizar um grupo e depois foi a Associação (ROSA, 2019).

Sobre a motivação das mulheres para organizarem a Associação ressaltamos as falas de que foi “porque a gente vivia sem ter um trabalho” (Lírio, 2019) e que as mulheres tinham “[...] vontade de se juntar para trabalhar [...]” (XIQUE-XIQUE, 2019).

Antes a gente achava que mulher era só para estar na cozinha, cuidando de mulher e de filho, e a associação me ajudou muito nisso. Quando as mulheres não conheciam seus direitos, elas achavam que eram donas só de casa [...] e a gente tem que sair para ocupar o nosso lugar, sair da cozinha para vir ocupar o seu lugar lá no espaço (MARGARIDA, 2019).

Este cenário motivou a organização deste grupo de mulheres que teve como pontos estruturantes o resgate da relação das mulheres com a terra, as questões sobre a violência vivida pelas mulheres, a busca pela melhora da autoestima, a motivação pelo compartilhamento de conhecimentos e a procura pela inclusão social e laboral produtiva das mulheres.

Desde 2003, este grupo de mulheres rurais se mobiliza com a contribuição, incentivo e qualificação promovidas pelo Centro de Assessoria e Serviço aos/as Trabalhadores/as da Terra - Dom José Brandão de Castro - CDJBC, Organização Não-Governamental (ONG) detentora de importante atuação no semiárido brasileiro, contribuindo para a fundação da Associação de mulheres aqui referida. A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO, que presta serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, também atuou junto a Associação, com a oferta de cursos para capacitação na produção agroecológica e ofertou acompanhamento técnico. Segundo as sócias, no início das atividades da Associação, esta instituição doou o Kit de irrigação, que até hoje é utilizado na produção agrícola na sede da Associação.

Ressaltamos o protagonismo das mulheres durante todo o processo de construção da Associação, pois trabalhando em conjunto, estas sertanejas não mediram esforços para construir a sede da Associação e viabilizarem o trabalho produtivo das agricultoras, que começou a ser concretizado com muito empenho, como podemos

perceber através das falas da Margarida, da Rosa e da Violeta (2015): “nesse terreno aqui, foi muito esterco”. Ao relatarem qual era a realidade do espaço onde hoje é a sede da Associação, afirmaram que “não nascia nem mato aqui”, retratando a realidade do rural no semiárido sergipano. Reforçando o esforço que fizeram e o orgulho de terem superado essa realidade uma das fundadoras concluiu afirmando “tinha nada aqui” e a outra retrucou, completando, que “tinha só pedra aqui”.

Violeta (2019) conta que carregou muita pedra “[...] eu ajudei na construção lá de tudo, né. [...] quando foi fazer a casa, a nossa sede, aí eu estava lá, ajudando em tudo, lá”. A sócia Gérbera (2019) lembra que trabalhava “preparando comida, pedra para alicerce, trabalho de mutirão[...]”, onde cada uma coopera com o que se identifica, na “[...] horta, apicultura, cozinhar”. Por exemplo, Caroá (2019) ressaltou que colaborou “Plantando, limpando, fazia tudo, trabalhamos muito para isso tudo acontecer [...]”.

Foi através da organização social que, em 2007, 30 mulheres formalizaram a Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, que até hoje atua no ramo da agricultura familiar sob os preceitos da agroecologia. Até o ano de 2009, segundo as coordenadoras da Associação, toda a receita obtida através do trabalho coletivo das associadas foi utilizada para a organização da Associação e para pagamento de despesas como água e energia, mas, a partir desta data, iniciou-se a distribuição financeira às associadas.

Em 2019, das 21 mulheres associadas, nove são sócias fundadoras, três ingressaram entre 2009 e 2011, quatro mulheres são sócias desde 2012 e cinco ingressaram em 2018; as idades variavam de 26 a 69 anos, sendo que dois terços das sócias têm mais de 50 anos; em sua grande maioria são casadas, e uma minoria de solteiras ou viúvas; a maioria delas é mãe (com número de filhos variando entre um e nove filhos); todas são alfabetizadas, a escolaridade varia desde o Ensino Fundamental Incompleto, sendo que duas possuem Ensino Superior, duas cursam Engenharia Agrônômica e sete tem Ensino Médio; e 11 associadas já desempenharam cargos gestão na instituição.

Logo, percebe-se um perfil heterogêneo no grupo de mulheres que compõem a Associação. Como características marcantes constatou-se que 19 associadas são sertanejas e que a posse da terra pertence à família, sendo que em 13 propriedades rurais a posse da terra pertence ao casal e duas associadas tem a posse da terra, três associadas só trabalham nas terras da Associação (duas destas são funcionárias públicas). O

tamanho médio das propriedades das mulheres é de aproximadamente 11,27 hectares, mas observa-se que sete unidades produtivas têm menos que 5 hectares e apenas três tem área maior a 25 hectares, o que caracteriza todas as unidades de produção familiares como minifúndios, visto que os imóveis rurais possuem área inferior a um módulo rural¹ para a região.

Assim, é notória a escolaridade existente entre as associadas e a posse da terra pertencer à família. Este fato nos remete a Sen (2000), que afirma que as variáveis de ter direitos de propriedade e ser alfabetizadas têm alto grau de influência, dentre outros fatores, para a possibilidade de consideração pelo bem estar e para a aquisição de respeito às mulheres.

As mulheres rurais estudadas podem ser caracterizadas como camponesas ou agricultoras familiares tradicionais, sendo que as associadas se autodenominam e se reconhecem em diversas ocupações, 13 se reconhecem na ocupação de agricultoras, cinco são servidoras públicas e duas são estudantes, apontam, também, as atividades na Associação, nos movimentos sociais, como donas de casa e aposentadas.

Apesar da Associação ser composta, em sua grande maioria, por agricultoras familiares, a pesquisa constatou que as cinco associadas que são servidoras públicas trabalham no posto de saúde ou na escola do povoado, exercendo as atividades profissionais de Agentes de Saúde, Secretária Escolar e Merendeira, mas todas elas desenvolvem atividades na Associação.

Pode-se destacar a fala da associada Rosa (2015) que se apresenta como Agricultora Familiar e trabalha com agroecologia: “Sou agricultora, observadora, experimentadora e multiplicadora”, percebe-se, nesta fala a liberdade, a segurança, o conhecimento e o entusiasmo desta mulher sertaneja. O que vem reforçar as diversas percepções e diferentes modos de vidas coexistentes na Associação.

No que se refere à divisão do trabalho percebe-se que a maioria das associadas desempenham diversas atividades (na Associação, domésticas, na roça, de comercialização, de agroindustrialização, de estudos, de lazer, e outras atividades remuneradas), na percepção da maioria, 18 sócias, elas trabalham 8 horas por dia ou mais.

A atividade de cuidados ainda demanda o maior tempo das mulheres por semana,

¹ Para que as propriedades rurais das mulheres associadas fossem consideradas economicamente viáveis, esta deveriam ter pelo menos uma área de 70 hectares, visto que um módulo fiscal do município de Porto da Folha/SE é de 70 hectares, segundo o Índice Básico do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA (2013).

são os cuidados domésticos, seguido dos cuidados com as crianças, só depois aparecem as atividades agrícolas, as atividades na Associação e outras atividades laborais.

A Estrutura Organizacional e Atividades Realizadas na Associação

A Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” é organizada a partir de três eixos: (i) do Conselho Fiscal, que é um órgão consultivo, formado por três conselheiras; (ii) das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias, estas têm caráter deliberativo e todas as Associadas são convocadas a participar. Mensalmente é realizada uma Assembleia Ordinária, aberta ao público, onde são expostas diversas pautas referentes a assuntos de interesse das associadas. Também são debatidas e deliberadas as demandas da Associação e ainda é realizada a prestação de contas mensal da Associação, cabendo às associadas a aprovação das contas. As Assembleias Extraordinárias são realizadas sempre que houver a necessidade de discussão de uma pauta específica; e (iii) da Administração da Associação que é composta pela Coordenação Administrativa e Vice coordenação; Tesoureira e Vice Tesoureira; Primeira e Segunda Secretárias.

A Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” possui uma sede com área de aproximadamente um hectare. Na área interna observa-se um espaço reservado para a estocagem de geleias, doces em compota, balas e picles em conservas; um espaço utilizado para as reuniões e cursos e uma cozinha comunitária.

Já na área externa, existem duas cisternas; uma área utilizada para o cultivo de hortaliças; um viveiro de mudas; um espaço com minhocário para a produção de adubo orgânico. Atualmente há um contrato de Comodato com uma das associadas, para a utilização de uma área de três hectares, destinada à apicultura e à estocagem do banco de sementes crioulas da Associação.

Percebe-se que a opção por um sistema produtivo agroecológico proporciona às associadas um diversificado leque de produtos que são manejados de forma a respeitar o bioma da Caatinga, contribuindo para a conservação da agrobiodiversidade, fomentando a renda das mulheres e colaborando para na busca pela segurança alimentar das famílias sertanejas.

Segundo a Coordenadora, em 2015, 50% da receita da Associação provém das mensalidades pagas pelas associadas, a segunda maior fonte de recursos advém da

comercialização das hortaliças e das balas e outros produtos agro industrializados, o mel aparece como a terceira fonte de receita, sendo que a comercialização de mudas e húmus também contribuem.

Sobre as atividades produtivas na Associação de Mulheres “Resgatando Sua História”, Gouveia *et al* (2011, p. 2) afirmam que estas desenvolvem

[...] atividades produtivas da agricultura alternativa baseada em práticas agroecológicas visando o fortalecimento da Associação enquanto área produtiva que garanta a segurança alimentar e nutricional das famílias e geração de renda através da comercialização dos produtos. Cabe destacar que além das atividades de produção, estas mulheres visam o fortalecimento da organização social.

Podemos destacar que todas as atividades são desempenhadas de forma coletiva pelas associadas e que as atividades produtivas contribuem para a geração de rendas agrícolas e não agrícolas, que são destinadas para a manutenção da Associação e distribuídos para as associadas, de acordo com as atividades desempenhadas por cada uma delas.

Os dados apresentados no Quadro 1, demonstram que apenas duas sócias não participam de nenhuma das atividades produtivas, mas reconhecem que participam das reuniões e, conseqüentemente, das decisões tomadas pelo grupo, porém a maioria das sócias, 13 mulheres, desempenham ou já desempenharam mais de cinco (entre 5 e 10) atividades da Associação.

Há uma autorregulação em relação a necessidade de produção, a penosidade e a quantidade de mão de obra empregada nas atividades. Além disso, todas as mulheres têm acesso de forma solidária aos itens produzidos nos grupos de trabalho, ao qual participem, assim as associadas não são dependentes do mercado, pois apresentam uma produção agropecuária diversificada, muitas vezes, destinadas exclusivamente ao autoconsumo das famílias das sócias, o que também contribui para a renda não monetária das mulheres.

Sendo que o excesso da produção é comercializado diretamente aos consumidores, na comunidade local e, esporadicamente e eventos que a Associação participa fora do povoado de Lagoa da Volta. Assim, ressalta-se a importância da inserção das mulheres no mercado, pois contribui para o acréscimo na renda monetária das mulheres na família, dá visibilidade ao trabalho produtivo das associadas e o reconhecimento pelo diferencial

de seus produtos, cultivados sem agrotóxicos, colaborando para autonomia das mulheres, à medida em que tendem a participar mais dos processos decisórios da família e contribuam com as decisões que afetam a comunidade.

Quadro 1 - Participação das sócias nas atividades da Associação, Porto da Folha, 2019.

Sócias em abril de 2019	Data de Ingresso na Associação	Atividades da Associação que já participaram										
		Horta	Banco Semente	Mudário	Galinheiro	Minhocário	Apiário	Bala de banana	Compota e geleia	Artesanato	Turismo Pedagógico	Outras
Margarida	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Rosa	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Violeta	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Caroá	Fundadora	x		x							x	Gestão
Bromélia	2011	x				x	x	x	x		x	
Lírio	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Dália	2012		x								x	
Cravina	2009						x				x	
Alpina	Fundadora	x	x		x	x	x	x	x	x		
Gérbera	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x		x	
Xique-xique	Fundadora	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Malva	2012		x									
Caliandra	Fundadora	x		x		x		x			x	
Jitirana	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Decisões
Araçá	2018	x		x	x	x		x	x		x	
Camará	2018	x	x		x	x		x	x			
Jurubeba	2018	x										
Alamanda	2018	x	x			x						
Mandacaru	2012	x	x	x		x		x	x		x	
Jurema	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Reuniões e encontros
Buganvília	2018	x		x	x	x		x	x	x	x	

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Já no que se refere a alocação das receitas das mulheres, em 2019, em muito se aproxima com resultado das pesquisas sobre a locação dos recursos do Programa Bolsa Família, priorizando sempre a compra de alimentos e depois de gastos destinados à

educação dos filhos e pagamentos de contas de água, energia, gás e aquisição de remédios, sendo que um terço das mulheres estudadas são idosas e a maioria das associadas percebem renda monetária e não monetária.

Outra questão percebida foi a semelhanças no comportamento e/ou modo de vida das associadas com a organização das mulheres em assentamentos rurais, segundo o resultado de alguns estudos sobre o tema. Estas semelhanças são em relação a organização social, produtiva e de gestão institucional e das unidades produtivas das mulheres, que acabam por priorizar a segurança alimentar e nutricional da família e a busca por maior autonomia e desempenho do papel ativo nas tomadas de decisões em casa e na comunidade, em busca de políticas públicas que atendam as demandas femininas e de maior visibilidade nos espaços públicos.

Neste sentido, Ferrante e Duval (2009, p. 414), argumentam que

[...] a inserção das mulheres rurais no campo político tem possibilitado um aprendizado coletivo, com a ressalva de que este é um campo de forças no qual relações de gênero se fazem presentes. Existe a perspectiva de fomentar uma rede de comunicação que permita às trabalhadoras a incorporação de um saber/poder que deve ter irradiações no processo de ação/decisão dos assentamentos.

É notório que o modo de vida das integrantes da Associação reflete o saber tradicional das mulheres sertanejas, que se apropriaram de aspectos agroecológicos (ecológicos, sociais, culturais, econômicos, políticos e produtivos) que hoje perpassam o âmbito das atividades desempenhadas na Associação.

As alterações no modo de vida das mulheres rurais após se engajarem na Associação são percebidas através da obtenção de renda, por meio da inclusão social e produtiva das associadas; em casa, nas suas relações familiares; no sistema produtivo das propriedades rurais das associadas, inclusive nos espaços de decisão; e na Associação enquanto gestoras, agricultoras e agentes sociais ativas na participação das mulheres na vida política e social da comunidade.

Isto colabora com o exposto por Schaaf (2001, p. 272), que percebe as mulheres “[...] como catalizadoras importantes em iniciativas inovadoras, atuando como boas organizadoras, desempenhando o seu papel como mães e, ao mesmo tempo, mantendo o olhar atento para o detalhe e desenvolvendo capacidades de coordenação em várias atividades organizativas [...]”. Mas, ressalta-se que a participação das mulheres em

organizações coletivas ainda não é facilitada pela divisão equitativa das atividades domésticas, acarretando ainda uma sobrecarga de trabalho para as mulheres.

A maior preocupação, apontada pelas associadas desde 2015, é a falta de mão de obra tanto para as atividades produtivas e de gestão causadas pelo envelhecimento da força de trabalho das mulheres, a perda de sócias por falecimento, falta de quantitativo de mulheres, e ainda ausência de engajamento, principalmente das sócias mais jovens.

Diante deste contexto, da falta de mão de obra apontada pelas associadas, percebe-se que este não é um problema exclusivo da Associação, visto que há um o processo de envelhecimento da população rural, pois 46,48% dos estabelecimentos agropecuários pertencem a pessoas acima de 55 anos de idade, segundo o Censo Agropecuário 2017 do IBGE. Assim, “[...] A preocupação com a questão do envelhecimento populacional e, em especial, com o feminino, decorre da vulnerabilidade desse grupo, tanto do ponto de vista econômico, como da saúde e da perda de autonomia [...]” (MELO; KRETER, 2016, p. 05).

Portanto, percebe-se que a organização coletiva das mulheres, colabora para que as associadas detenham maior controle sobre os meios de produção e venham a autogerir os processos administrativos e os recursos humanos, patrimoniais e ambientais no manejo das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas da Associação, de forma democrática e de acordo com o modo de vida e as necessidades das mulheres, inclusive no que tange as demandas femininas por maior ocupação de espaços de decisão na vida pública, social, produtiva e na família.

O Papel das Associadas: Para Além das Atividades Produtivas

Além das atividades produtivas, que são vistas como importantes para a inserção profissional destas mulheres que contribui para a emancipação financeira, logo para o bem estar e para a autonomia feminina, percebe-se também, que as associadas exercem outras atividades não agrícolas, que apesar de não remuneradas cumprem com as funções de emancipação e inclusão das mulheres nos ambientes sociais e políticos.

Conforme relatado pela atual coordenadora da Associação (2015) estas tarefas estão ligadas à Gestão da Associação; à Comercialização dos produtos; à participação em

Cursos, às viagens para Encontros; às Confraternizações e Festas de carnaval; à Organização da missa da terceira quarta-feira do mês, e algumas representações político-sociais, tais como: (i) representação no Conselho da Criança e Adolescente; (ii) participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Assistência Social; (iii) integrantes no Comitê da Associação da Escola; (iv) participação na comissão da Articulação Semiárido Brasileiro – ASA Brasil; (v) na ASA municipal e estadual (na qual a coordenadora da Associação é a representante local da entidade).

No que se refere à relação da Associação com a comunidade, Cardoso e Vicentim (2014, p.272) observam que

A prática da organização de mulheres tem impactado todo o município, também porque elas vêm utilizando a capacidade de articulação política adquirida pelo grupo na melhoria da qualidade de vida de todos, através, por exemplo, de suas atuações junto aos conselhos de políticas públicas. Tudo isso demonstra que o empoderamento feminino é um dos caminhos para a saída da pobreza das famílias rurais brasileiras.

Visto que esta realidade foi construída por essas mulheres, Rosa (2015) revela, também, o progresso e a emancipação das associadas, ao relatar que a Associação representa o “desenvolvimento das mulheres, tinha mulher na Associação que nem ao menos falava, nem pra se apresentar era ruim viu, hoje em dia já estão tudo desenvolvida [...] você tem mais liberdade [...]”. Mas esta associada vai além e fala sobre o respeito conquistado, pois “Em casa, no grupo, na rua, onde a gente chega, [...] essa Associação nossa, graças a Deus, é muito respeitada”.

As sócias também percebem que a organização social das mulheres levou a um fortalecimento das mulheres rurais e relatam que “mexeu com uma, mexeu com todas” (GRUPO FOCAL, 2019). Assim, o associativismo das mulheres deu uma maior visibilidade ao papel das mulheres enquanto atoras sociais, para além do seu papel de esposas, filhas e mães, por estarem associadas.

Nota-se que em grupo as mulheres são mais fortes para desafiar as normas sociais impostas pela sociedade local e pelas famílias, e o fato das mulheres em se reunirem sem a presença dos homens acaba por proporcionar sociabilidade entre as mulheres, mas também, gera um fortalecimento do movimento destas enquanto espaço de fala, onde estas sentem-se à vontade para expor seu ponto de vista e discutir sobre assuntos de seu interesse sem a censura imposta pela presença de homens, conforme também observado

por Paulilo (2003). Do mesmo modo, este é um espaço onde as mulheres tomam as decisões e gerenciam seus recursos endógenos com o intuito de fortalecer as atitudes das mulheres na comunidade.

Percebe-se assim, que a inclusão das mulheres nas organizações sociais pode ocasionar um efeito o transformador nas redes de poderes da sua comunidade através da participação das mulheres. Neste sentido,

La perspectiva del empoderamiento realca que el poder en las relaciones de género debe transformarse, ya que la subordinación de las mujeres tiene orígenes culturales. Por lo tanto, una de las principales estrategias para el empoderamiento de las mujeres es la construcción de identidades coletivas y la movilización para el cambio (ÁLVAREZ, 2004, p. 287).

Nesse contexto de solidariedade e de fortalecimento das questões de gênero no meio rural, uma das questões trazidas pela pesquisa reflete a motivação das mulheres para se organizarem coletivamente. Assim, os dados de 2019 averiguaram que um terço das sócias, sete mulheres, sentem-se motivadas a participar da associação por conta do aprendizado ou do conhecimento proporcionado pela instituição, sendo que a percepção de empoderamento das mulheres também aparece de forma linear para as associadas, desde as fundadoras da instituição até as sócias mais recentes, que passaram a agregar o grupo em 2018.

Colaborando com estas informações, os resultados da pesquisa, em 2015, apontaram que todas as entrevistadas estão satisfeitas ou muito satisfeitas com a Associação. Algumas falas demonstram o nível de satisfação das associadas: “a vida que não teve oportunidade de ter antes”, “viajar, conhecer pessoas, participar de eventos, fazer bem para ela e benefícios para a comunidade”, “desenvolvimento para as mulheres, desinibição, liberdade, força, encorajamento, empoderamento, respeito da comunidade”, “representa a libertação do trabalho doméstico, proporcionando uma interação social com outras associadas”, “poder ter um trabalho”, “uma renda a mais”; “ser útil”, “ser valorizada pelas pessoas e reconhecida”, “aumento da autoestima”.

Dentre as diversas modificações que aconteceram em suas vidas após o ingresso na Associação tem dois pontos que mais se repetiram dentre a abordagem das entrevistadas que foram o “conhecimento” e a “saúde”, representados nas falas: “Minha vida, eu acho que mudou muito, [...] me deu incentivo para eu estudar, achei a necessidade de estudar,

vi a necessidade de estudar né pra ter mais conhecimento, [...] eu mesmo me sinto uma mulher empoderada”, afirma Rosa (2015’); e “foi à saúde da gente, por que a gente não usa droga, sabe, lá é tudo [...] orgânico, ai já é outra coisa, né” (LÍRIO, 2015).

Sendo assim, no grupo focal, realizado em 2019, as sócias relataram como mudanças significativas, no dia a dia das mulheres, depois que entraram na Associação: a melhora da auto estima, desinibição, comunicação, conhecimento e empoderamento, como podemos observar nas falas das associadas a seguir.

A sócia Margarida conta que houve uma melhora na autoestima das mulheres, que se empoderaram, no sentido de terem buscado por mais liberdade para se expressarem e passarem a exercer suas vontades “eu mesma, foi a autoestima, a conversa entre as pessoas porque eu tinha medo de conversar, muitas mulheres também tinham medo de sair de casa, de enfrentar os maridos... isso mudou muito. Foi um empoderamento” (MARGARIDA, GRUPO FOCAL, 2019).

Já a sócia Araçá reforça algumas perspectivas sobre como o processo de empoderamento modificou o modo de vida das associadas, principalmente no que se refere à busca por conhecimento e ao enfrentamento da timidez.

Eu acho que é a forma de empoderamento que é mais adquirida, é a forma de dialogar, falar, se expressar... Muita gente fica meio envergonhada, e às vezes sabe alguma coisa interessante, mas não fala. Acho que essa parte é bem interessante. As pessoas saem daqui, mas levam conhecimento até oficinas, porque você acaba sendo obrigada a falar da associação. Então é uma forma que as pessoas acham de perder a timidez de falar (GRUPO FOCAL, 2019).

Diante do exposto, não se pode deixar de observar as evidências apontadas por Bourdieu (1989, 2016) sobre a construção de um discurso dominante que exerce uma forma de poder simbólico, de dominação do homem e de inferioridade da mulher, esta conduta é respaldada pelas práticas culturais, onde a violência moral e psicológica não é percebida pela vítima.

Portanto, o empoderamento envolve mudanças nas relações de poder, de tal forma que levem os envolvidos à compreensão da realidade para que possam propor alternativas à condição apresentada, pois, sem assumirem as responsabilidades, não serão livres. Assim, observa-se que, para Freire (1992), o empoderamento é um processo que seria alcançado por meio das ações das pessoas ou de grupo de pessoas. Então, empoderar

seria possibilitar o acesso das pessoas à liberdade, como percebido em a “libertação do oprimido”. Assim, concordamos com Kleba e Wendausen (2009, p.736), quando estes afirmam que empoderamento

[...] significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos [...]

A sócia Violeta afirma que a organização coletiva das mulheres influenciou positivamente no cotidiano das associadas e ressalta aspectos relacionados ao aprendizado sobre o manejo do sistema produtivo, sobre a sociabilidade e o sentimento de aconchego em estar com as mulheres do grupo

Acho que mudou, né? Antes de entrar eu nunca tinha visto nada disso, e vindo eu sempre vejo como planta... Hoje em dia eu tenho todo tipo de verdura, e tudo isso eu aprendi aqui. É conhecimento, cada vez a gente aprende mais [...]. Para mim melhorou muito, porque quando eu chego aqui, é o meu sossego [...]. Só os abraços que tenho com vocês já melhora tudo (GRUPO FOCAL, 2019).

A construção de um processo de busca por autonomia fez com que as mulheres se sentissem donas de suas vidas, como expõe a associada Rosa: “Eu me sinto uma mulher empoderada. Através dos movimentos, desde a pastoral da criança até chegar na associação, hoje eu me sinto eu mesma, de verdade. E tudo que já tinha de fazer, eu já fiz. Curso de pedreira, o que for. Sou pedreira, sou agricultora...” (ROSA, 53 anos, sócia-fundadora). Outra perspectiva percebida pela sócia é a contribuição da participação das mulheres nos movimentos sociais na construção do empoderamento das associadas.

Nesse sentido, observa-se que a realidade exposta colabora com a percepção de que a autonomia é um processo e não um fim, sendo, ainda, uma forma permanente de crítica do contexto no qual o sujeito está inserido (ROTOLO, 2011). Sendo assim, o termo empoderamento significa atribuir poder, logo, nos remete ao sentido de aumento das possibilidades de controle de aspectos pertinentes da sua vida (SEN, 2001). Portanto, a análise de empoderamento em uma perspectiva emancipatória apontou que esse termo

“[...] pode ser considerado em sua forma mais ampla, envolvendo noções como autonomia, práxis e coletividade [...]” (BARRETO; PAULA, 2014, p. 127-128).

Nesse cenário, as associadas relatam a relevância das parcerias com as ONGs atuantes na região, dos projetos e dos movimentos sociais na contribuição para o empoderamento das mulheres rurais.

[...] as mulheres que quiseram se empoderaram mais. Eu hoje me sinto uma mulher empoderada. E isso só aconteceu por influência dessas instituições e dos projetos. Infelizmente, estamos tendo menos projetos, vamos caminhando com as próprias pernas. Com o nosso presidente, os movimentos sociais estão acabando. Cada dia que se passa, fica pior. Esse presidente não quer um projeto com movimentos sociais. Movimentos sociais é uma coisa do satanás para ele (MARGARIDA, GRUPO FOCAL, 2019).

Como visto, as sócias apontam que, com o atual governo, essas instituições estão enfraquecidas e, conseqüentemente, há um menor número de projetos que a associação pode vir a acessar, o que impacta negativamente o dia a dia das mulheres rurais sertanejas. Nesse contexto, percebe-se que “[...] a liberdade política é um fator elementar para a liberdade de crítica. Não se pode realizar a crítica num mundo que não haja algum tipo de liberdade política” (ROTOLO, 2011, p.311).

Assim, é importante compreender o contexto exposto por Rotolo (2011, p.312): “[...] Nos anos 60 e 70, as ideias de Castoriadis dialogam com os movimentos feministas, étnicos, ambientalistas, negro, estudantil. [...] Compreender as sociedades como auto instituição, como produtora de significações, como requerente de liberdades de novas formas históricas que busca a autonomia e a democracia [...]”. É alicerçada nessa utopia que a sociedade caminha para a efetivação da liberdade e da justiça plenas.

Observa-se que é neste cenário sócio-político em que a sociedade requer a busca pela autonomia e pela democracia, onde a atuação dos “[...] movimentos de mulheres trabalhadoras rurais anteriores à Constituinte, ainda que dispersos e muitas vezes fragmentados, interferem decisivamente para que uma pauta de negociações das políticas públicas, permeadas por relações de gênero, fosse publicizada (FERRANTE; DUVAL, 2009, p. 413).

A partir da Constituição Federal de 1988, Ferrante e Duval (2009, p. 413) afirmam que

aumenta progressivamente a participação das mulheres no movimento sindical, o que se reflete na ampliação feminina nos congressos e no aumento de resoluções e propostas que tinham as mulheres rurais como protagonistas. A marcha das margaridas de 2000, organizada pelas mulheres filiadas à Contag foi um marco no movimento das mulheres rurais, o que não significa que a aceitação de questão de gênero se dê naturalmente pelo movimento sindical e pelo MST, sem conflitos e/ou disputas.

A participação e a liderança política e social das mulheres são pontos fundamentais para vislumbrarmos um desenvolvimento com liberdade, visto que “[...] nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Esse é, de fato, um aspecto crucial do ‘desenvolvimento como liberdade’” (SEN, 2000, p. 235). Assim,

Esta constatação leva a problematizar – numa análise preliminar – o real significado da relativa (e frágil) conquista de autonomia das mulheres rurais. O indicativo seria que, mesmo tendo alcançado uma relativa possibilidade de gestão de um “mínimo financeiro”, as mulheres inseridas naquele contexto persistem na situação de “ausência da autonomia e emancipação política”, como resultado da tradicional cultura patriarcal, bastante arraigada mesmo em pleno século XXI (LUSA, 2012, p.98).

Essa importante problemática, apontada por Lusa (2012), é atual e contextualizada com o ambiente estudado, pois as associadas acabaram por alicerçar a busca por emancipação, liberdade, autonomia e empoderamento através de uma contínua construção coletiva e democrática desse grupo de mulheres pesquisadas.

Pelo exposto, a opção das mulheres sertanejas em se organizarem conjuntamente para enfrentar a insegurança alimentar das famílias, as questões de gênero e a invisibilidade do papel das mulheres na sociedade, acarretou importantes mudanças no papel passivo das mulheres rurais para um redimensionamento da subjetividade das associadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se o trabalho das associadas na transformação das suas realidades, pois estas sertanejas não mediram esforços para construírem a sede da Associação e viabilizar o trabalho produtivo das agricultoras, em um hectare de terra improdutivo, seco, cheio de pedras e com muitas limitações edafoclimáticas.

O fato de as mulheres se reunirem sem a presença dos homens acabou proporcionando sociabilidade entre elas, tornando a Associação um espaço de fala, de acolhimento e de fortalecimento do grupo, onde é notório o bem estar das associadas, sendo percebido o crescimento pessoal, proporcionando aumento da autoestima das mulheres, por terem construído um espaço onde as mulheres estão engajadas em atividades consideradas úteis por elas, constituindo, assim, uma perspectiva de melhora da autonomia pessoal.

Não se pode deixar de atrelar a modificação na vida das associadas com a opção pela agroecologia uma vez que este sistema prioriza a gestão dos recursos naturais e humanos a partir das particularidades ecológica e financeira existentes nos estabelecimentos rurais e em seu entorno, valorizando, assim a biodiversidade local, a identidade cultural, política, social e produtiva, o que colabora para um desenvolvimento com liberdade.

Diante do contexto exposto, observa-se que as mulheres da Associação assumem o papel de protagonistas na organização das atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas) e participativa na construção da renda familiar (monetária e não monetária), o que tem contribuído para o desempenho de um novo papel familiar, da segurança alimentar e nutricional e para a afirmação dessas mulheres como protagonistas na gestão de seus modos de vida.

Através da análise dos dados, pode-se concluir que o engajamento das mulheres para a formalização da Associação de Mulheres “Resgatando Sua História” e a opção de atuarem sob os preceitos da agroecologia colaboram para o empoderamento e o fortalecimento da autonomia das mulheres rurais. Pois, o processo de associativismo das mulheres pesquisadas promove o senso crítico e democrático das associadas através da sociabilidade proporcionada às mulheres, e a construção de uma identidade coletiva de mobilização proporciona às associadas o protagonismo das suas histórias de vida, visto

que estas transformaram a realidade cultural, de mulher sertaneja, superando as adversidades através da Associação, possibilitando, também, a inclusão social e produtiva das associadas.

Percebe-se assim que a inclusão das mulheres nas organizações sociais contribui para a construção de uma identidade coletiva, que pode ser vista como uma estratégia para o empoderamento das mulheres e ocasiona um efeito transformador nas redes de poderes da sua comunidade, pois o empoderamento é um processo a ser alcançado e envolve mudanças nas relações de poder, por meio da compreensão crítica da realidade e da possibilidade de participação ativa das proposições de alternativas às condições apresentadas, sendo este um caminho à liberdade. Portanto, a construção da busca por autonomia fez com que as mulheres rurais associadas experimentem o status de serem donas de suas vidas e expressem o sentimento de empoderamento.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Estudos Rurais. São Paulo/ Campinas: Editoria Hucitec/Anpocs, 1992;
2. ÁLVAREZ, M. E. M. Las relaciones de género de mujeres campesinas em mocoempresas familiares hortícolas y em sus unidades doméstica em Quecholac, Puebla. In: SUÁREZ, Blanca; BONFIL, P. (coord). **Entre el Corazón y la Necesidad: Microempresas familiares em el medio rural**. Gimtrap. Série: PEMSA 5 - México, p. 279-320, 2004;
3. BACKES, D.S.; COLOMÉ, J. S.; ERDMANN, R. H.; LUNARDI, V. L. Grupo Focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da Saúde**, v.35, n.4, p.438-442, 2011;
4. BARRETO, R. de O.; PAULA, A. P. P. de. “Rio da Vida Coletivo”: empoderamento, emancipação e práxis. **Rev. Adm. Pública**, 48(1):1, p.11-30, jan./fev, 2014;
5. BOURDIEU, P. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad. Maria Helena Kuhner. 3 ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2016;
6. BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Berrando Brasil S. A: Rio de Janeiro, 1989;
7. BOZIKI, D. M.; BINKOWSKI, P.; HERNANDEZ, A. R. C. A política de desenvolvimento territorial e os instrumentos de ação pública no território rural Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, p. 307-327, 2019;
8. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo agropecuário de 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/produtores.html Acessado em: 02/10/2020

9. BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar*: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: UFPR, 1999;
10. BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In BUTTO, A.; DANTAS, I. (orgs). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Ministério do Desenvolvimento Agrário, p.11- 34, 2011;
11. CARDOSO, M.; VICENTIM, F. Porto da Folha (SE) - Associação de Mulheres Resgatando sua História do Povoado Lagoa da Volta – Grupo de Mulheres: Resgate da história no sertão sergipano. In BRASILIA: Governo Federal Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). *Prêmio Mulheres Rurais que produzem o Brasil Sustentável*, p. 265 – 273, 2014;
12. CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;
13. CORNWALL, A.; HARRISON, E.; WHITEHEAD, A. Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento. *Revista Feminismos*, v.01, n.01, p. 1-22, Jan./Abr, 2013;
14. FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C. Vozes e ações das mulheres na trajetória dos assentamentos rurais. *Retratos de Assentamentos*, n. 12, p. 391-418, 2009;
15. FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança*: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992;
16. FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985;
17. GIL, A. C. *Estudo de Caso*. São Paulo: Atlas, 2009;
18. GOVEIA, B. S. S.; SODRÉ, M. L. da S.; DOURADO, A. M. A prática agroecológica no bioma caatinga: uma experiência no alto sertão Sergipano. In Congresso Brasileiro de Agroecologia, VII, 2011, Fortaleza. *Cadernos de Agroecologia*, v. 6, n. 2, p. 1-6, dez, 2011;
19. HENN, I. A. Agroecologia e Relações de Gênero em Projeto Societário. In NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org). *Mulheres Camponesas*: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013;
20. KLEBA, M. E; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*, v.18, n.4, p.733-743, 2009;
21. LUSA, M. G. Relações de Gênero no Campo: A superação dos papéis tradicionais como desafio à proteção social básica e o papel dos assistentes sociais. *Gênero*, v.13, n.1, p. 93-107, 2. sem. 2012;
22. MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. Ed 6. São Paulo: Atlas, 2005;
23. MELO, H. P. de; KRETER, A. C. Quem são? Como vivem os idosos brasileiros do século XXI? Uma análise a partir da perspectiva de gênero. *Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 1, n. 1, p.1-18, mar, 2016;
24. MINAYO, M. C. de S. (org). *Pesquisa Social*: teoria, método e criatividade. Ed 9. Petrópolis: Vozes, 1998;
25. NADU, A. C. A.; SIMÃO, A. B.; FONSECA, M.C. Empoderamento feminino em relações de gênero no contexto do programa bolsa família em Contagem: breves reflexões. SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, III, 2013, Belo Horizonte. *Anais do III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*, 2013;

26. NOTAROBERTO, M. C. G. *Comunicação popular nos territórios Agreste Alagoano e Alto Sertão Sergipano*: os papéis dos atores sociais e das políticas públicas. 2020. 162p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020;
27. PAIVA JUNIOR, F. G. de. Empreendedorismo e Competências do gestor no Agronegócio. In CALLADO, A. A. C. (Org). *Agronegócio*. 2 ed. 2 reimp. São Paulo: Ed. Atlas, 2009;
28. PAULILO, M. I. S. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. In PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (org). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 183-210, 2003;
29. RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social*: métodos e técnicas. Ed 3. São Paulo: Atlas, 1999;
30. ROTOLO, T. de M.S. *O elogio da política*: práxis e autonomia no pensamento de Cornelius Castoriadis. 328p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011;
31. SANTOS, A. dos; GOIS, Magaly N. de. O território do Alto Sertão Sergipano: uma experiência de desenvolvimento territorial. In SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, XIX, 2009, Ecuador. *Anais XIX Seminario Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social*, Ecuador, 2009, p.1-11, DIGITAL. Disponível em:<<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-127.pdf>>. Acessado em 21 de junho de 2015;
32. SANTOS, A. dos; GOUVEIA, F. H. C.; VIEIRA, P. dos S. *Contabilidade das Sociedades Cooperativas*: Aspectos Gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008;
33. SARDENBERG, C. M. B. Práticas sexuais, contracepção e aborto provocado entre mulheres das camadas populares de Salvador. *Estudos de Sociologia*, v.17, n.32, p.65-84, 2012;
34. SARDENBERG, C. M. B. Da transversalidade à transversalização de gênero: aportes conceituais e prático-políticos. In: ALVES, I; SCHEFLER, M. L.; VASQUEZ, P; AQUINO, de S. *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA/NEIM, p. 37-74, 2010;
35. SCHAAF, A. V. D. *Jeito de Mulher Rural*: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2001;
36. SCHEFLER, M. L. N. Gênero, autonomia econômica e empoderamento, o real ao aparente: sistematização de processos de investigação-ação e/ou de intervenção social. *Revista Feminismos*, v. 1, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2013;
37. SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000;
38. SEN, A. K. *Desigualdade examinada*. Rio de Janeiro: Record, 2001;
39. SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição e Alimentos (PAA). *Segurança Alimentar e Nutricional*, v.18, n. 2, p. 12-32, 2011;
40. SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamiento Iberoamericano*, (9), p.169-183, 2011;
41. TEDESCO, J.C. (Org). *Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar*: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de passo fundo. Porto Alegre: Universidade de Passo Fundo, 2006;

42. WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedades e Agricultura*, p. 42 – 61, out., 2003;
43. WANDERLEY, M. de N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPOCS**, GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG, 1996;
44. WHITAKER, D.C. A (Org). *Sociologia Rural*: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002.